

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Cátia Tiany da Cunha Stanck

Acolhimento institucional: Alternativas e desafios para os (Des)Acolhidos

Florianópolis

2020

Cátia Tiany da Cunha Stanck

Acolhimento institucional: Alternativas e desafios para os (Des)Acolhidos

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Stanck, Cátia Tiany da Cunha
Acolhimento institucional: Alternativas e desafios para
os des(acolhidos) / Cátia Tiany da Cunha Stanck ;
orientador, Rúbia dos Santos Ronzoni, 2020.
50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Breve contextualização histórica da
Política de atendimento da criança e do adolescente no
Brasil. 3. O contexto institucional da pesquisa: a casa
Lar Nossa Senhora do Carmo. 4. A voz das (dos)
adolescentes des(acolhidos). I. Ronzoni, Rúbia dos Santos.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Serviço Social. III. Título.

Cátia Tiany da Cunha Stanck

Acolhimento institucional: alternativas e desafios para os des(acolhidos)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, 17 de dezembro de 2020.



Documento assinado digitalmente
Rubia dos Santos
Data: 21/12/2020 10:02:52-0300
CPF: 001.252.199-03

Profª Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Universidade Federal de Santa Catarina
Coordenadora do Curso

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
Rubia dos Santos
Data: 21/12/2020 10:03:28-0300
CPF: 001.252.199-03

Profª Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente



Documento assinado digitalmente
Andrea Marcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Data: 21/12/2020 10:15:29-0300
CPF: 659.378.059-68

Profª Dra. Andréa Márcia Lohmeyer Fuchs
Universidade Federal de Santa Catarina
1ª examinadora

Márcia Gomes da Silva de Oliveira
Assistente Social
2ª examinadora

Este trabalho é dedicado à minha mãe, pelo exemplo de coragem e simplicidade em seus objetivos, e com muita inspiração me ensinou a desistir jamais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a todas as pessoas que, nos momentos serenos e apreensivos, de algum modo, fizeram ou fazem parte da minha vida.

Agradeço à minha rainha mãe, por ter me dar acalanto e todo amor desse mundo, por compreender minhas ausências nos almoços de domingo durante a louca trajetória desta pesquisa.

Aos meus irmãos que, mesmo estando geograficamente distante, se fizeram presentes, mais do que nunca, me apoiando de forma incondicional.

À minha noiva pelo apoio constante, por cuidar da casa nas tarefas corriqueiras e tolerar meus surtos diários.

Aos amigos que a universidade me deu e por somarem nesta caminhada.

À todos os docentes do curso de Serviço Social, que compartilharam os seus conhecimentos, nos provocando o tempo todo, a termos inúmeras reflexões críticas.

À todos os docentes do curso de Serviço Social, que compartilharam os seus conhecimentos, nos provocando o tempo todo, a termos inúmeras reflexões críticas.

À minha orientadora, pela paciência, dedicação e toda sabedoria com que me orientou.

À toda equipe da Casa de Acolhimento Lar Nossa Senhora do Carmo que, gentilmente, me acolheu e contribuiu para o bom êxito da pesquisa.

Às crianças e adolescentes do Lar, as quais foram fundamentais para realização dessa pesquisa.

À Deus, que me dá todos os dias energia para vencer todos os obstáculos, e por colocar a todo tempo pessoas maravilhosas em minha vida.

“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver.” (Martin Lutler King).

RESUMO

O presente estudo refere-se à problematização sobre o processo de desligamento dos adolescentes em uma Instituição de Acolhimento. A saída da instituição é um momento de descobertas, onde o novo não é apenas o que está além dos muros, mas também o que surge no interior de cada indivíduo. Esta fase provoca medos e, ao mesmo tempo, gera expectativas. Assim, faz-se necessário preparar a criança e o adolescente para o desligamento desde à sua chegada na instituição. Neste sentido, a pesquisa voltou-se para a percepção dos sujeitos sobre as ações desenvolvidas no processo de desligamento institucional dos adolescentes ao atingirem a maioridade, tendo como objetivo geral: analisar a perspectiva dos adolescentes sobre o processo de desligamento de um serviço de acolhimento institucional. Os objetivos específicos foram: identificar o processo de desligamento dos adolescentes no serviço de acolhimento com ênfase na percepção dos sujeitos (Des)Acolhidos; Conhecer a dinâmica de vida dos adolescentes dentro do espaço Institucional; Caracterizar o processo de preparação para o desligamento institucional; Possibilitar aos adolescentes a expressão de seus anseios e perspectivas de futuro. Quanto à metodologia da pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, por meio da análise de informações de aspectos subjetivos e objetivos, utilizando-se a técnica de entrevista semiestruturada com aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados. A entrevista foi realizada com três adolescentes: Rita e Maria e Caetano (nomes fictícios) em processo de desligamento numa Instituição de Acolhimento no Município de Florianópolis- SC. Os resultados se deram em duas ordens: quanto à equipe, evidencia-se a necessidade de investir constantemente em práticas formativas que para esteja preparada a realizar um desligamento que atenda às necessidades psicossociais destes. Também se destaca a necessidade de ampliação do quadro de profissionais, bem como o fomento da atuação interdisciplinar e intersetorial para garantir o acesso dos adolescentes a bens e serviços que vislumbrem sua autonomia, bem como seu amparo no período pós-desligamento. No que se refere aos adolescentes, observa-se que todos os entrevistados relataram boa acolhida pelos profissionais na instituição. Destacaram confiança, diálogo, bons vínculos e tratamento igualitário dentro do espaço institucional. No entanto, podem-se perceber, em suas falas, lacunas institucionais e ausências de esclarecimentos no momento da acolhida. Por isso, é importante destacar a necessidade de um acolhimento em que a criança seja ouvida e que seja capaz de compreender o que está acontecendo de maneira a construir o processo de aceitação da realidade vivida. Quanto ao processo de desligamento da instituição, a maioria das falas demonstra sentimentos contraditórios de incerteza, felicidade, angústia, desamparo. Nota-se que os entrevistados compreendem que a saída da instituição implica em todas as responsabilidades que essa independência acarretará. Por isso, é importante estimular e garantir o acesso dos adolescentes aos cursos profissionalizantes e programas formativos como “jovem-aprendiz”. Para isso, é salutar que ocorra uma articulação intersetorial, para que possam ter acesso a bens e serviços que possibilitem sua autonomia digna. Por fim, espera-se que este trabalho, de alguma forma, possa contribuir com o Serviço Social e equipes interdisciplinares que atuam junto a este segmento.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Proteção social. Crianças e adolescentes. Desligamento

ABSTRACT

This study refers to the problematization of the process of adolescent dismissal in a Welcoming Institution. The exit of the institution is a moment of discovery, where the new is not only what is beyond the walls, but also what arises within each individual. This phase causes fears and at the same time generates expectations. Thus, it is necessary to prepare the child and the adolescent for the shutdown since their arrival in the institution. In this sense, the research turned to the perception of the subjects and the actions developed in the process of institutional disconnection of adolescents when they reached adulthood, with the general objective: analyze adolescents' perspective on the process of disconnection from an institutional care service. The specific objectives were: to identify the process of detachment of adolescents in the host service with emphasis on the perception of the (host) subjects; To know the dynamics of life of adolescents within the Institutional space; To characterize the process of preparation for institutional disengagement; To enable adolescents to express their aspirations and perspectives for the future. The methodology of the research was based on the qualitative approach, through the analysis of information on subjective and objective aspects, using the semi-structured interview technique with the application of a questionnaire as an instrument for data collection. The interview was conducted with three adolescents: Rita and Maria and Caetano (fictitious names) in the process of being disconnected from a Welcoming Institution in the city of Florianópolis-SC. The results were given in two orders: regarding the team, it is evident the need to invest constantly in training practices that are prepared to perform a shutdown that meets the psychosocial needs of these. It also highlights the need to expand the professional staff, as well as the promotion of interdisciplinary and intersectoral actions to ensure access for adolescents to goods and services that glimpse their autonomy, as well as their support in the post-retirement period. Regarding adolescents, it is observed that all interviewees reported good reception by the professionals of the institution. They highlighted trust, dialogue, good ties and equal treatment within the institutional space. However, one can notice, in his speeches, institutional gaps and absence of clarifications at the time of the reception. Therefore, it is important to highlight the need for a welcome in which the child is heard and able to understand what is happening in order to build the process of accepting the lived reality. As for the process of detachment from the institution, most of the speeches show contradictory feelings of uncertainty, happiness, anguish, helplessness. It is noted that the interviewees understand that leaving the institution implies in all the responsibilities that this independence will entail. Therefore, it is important to encourage and guarantee access for adolescents to vocational courses and training programs as "young apprentice". For this, it is salutary that there is an intersectoral articulation, so that they can have access to goods and services that enable their dignified autonomy. Finally, it is hoped that this work, in some way, can contribute to the Social Service and interdisciplinary teams that work together in this segment.

Keywords: Institutional Care. Social Protection. Children and Adolescents.Shutdown.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CF/88	Constituição Federal de 1988
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Estadual para de Bem-Estar do Menor
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OS COPAC	Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Livre Consentimento Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL.....	14
2.2 O TRABALHO E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	18
2.3 O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	21
3 O CONTEXTO INSTITUCIONAL DA PESQUISA: A CASA LAR NOSSA SENHORA DO CARMO.....	24
3.1 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	24
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
4 A VOZ DAS (DOS) ADOLESCENTES DES(ACOLHIDOS).....	32
4.1 CONHECENDO SUJEITOS DA PESQUISA	32
4.2 O PROCESSO DE ACOLHIMENTO	33
4.3 A ROTINA DE VIDA NO ABRIGO	36
4.4 A MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES NECESSÁRIOS AO PROCESSO DE DESLIGAMENTO	37
4.5 AS ORIENTAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO	39
4.6 COMO ENCARAR O DESLIGAMENTO?	41
4.7 E DEPOIS?.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A- Roteiro para entrevista.....	50

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais ricos em se tratando da abundância de alimentos, de matéria prima de fauna, de flora, de animais, etc. No entanto, acumula também, o título de um dos países com maiores índices de desigualdade social do mundo. Ou seja, a existência de uma extrema pobreza não decorre somente devido à falta de recursos, mas sim da desigual distribuição destes.

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, em 2018, a concentração de renda aumentou significativamente, reforçando a extrema desigualdade no país. Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018, 1% da população tinha o rendimento mensal de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com rendimentos de R\$ 820 por mês. "Tais desigualdades resultam das ações de outros agentes humanos, [...] e constituem-se nos principais fatores de vulnerabilidade social em que se encontram populações historicamente pauperizadas" (SOUZA, PANUNCIO-PINTO, FIORATI, 2019, p. 252).

O índice de pobreza causada pela desigualdade reflete na vida das famílias de forma extremamente avassaladora, pois desencadeia outras situações como a fome, a miséria, o subemprego, a violência, o uso desenfreado de álcool e outras drogas, etc. Com isso, a pobreza ganha um status de "cronificação histórica, em que a questão econômica emerge como um dos mais nocivos vetores, e submete inúmeras famílias ao enquadramento nas vulnerabilidades sociais" (OLIVEIRA, MILNISKY, 2007, p. 632).

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido um marco muito importante na promoção de políticas públicas que atendam as demandas dessa população. No entanto, ainda se constata inúmeras de violação de direitos sofridas pelas famílias afetando diretamente a vida das crianças e adolescentes fazendo com que as mesmas fiquem vulneráveis à ameaças, violências e/ou omissões, fazendo com as mesmas sejam "afetadas negativamente pelas consequências das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização[...]"(PEREIRA, 2009, p. 1-2).

Pereira (2009), ainda destaca que a falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura, falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar, contribuem para que as crianças e adolescentes fiquem cada vez mais vulneráveis e necessitados de atenção não somente das famílias, mas também de cuidados por parte do Estado e da Sociedade em geral.

A falta de oportunidades nos aspectos sociais, econômicos ou culturais tem sido a geradora de conflitos afetivos, levando a uma maior incidência desses conflitos na vida dessas famílias e produzindo situações de abandono e negligência. Fazendo com que crianças e adolescentes sejam afastados do ambiente familiar e encaminhados para uma instituição de acolhimento. No entanto, é importante destacar que "o afastamento da criança ou do adolescente da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica" (BRASIL, 2015, sp.).

Quando isso não acontece, as crianças passam sua infância e adolescência numa instituição de acolhimento até chegar à idade em que ocorre o desacolhimento, momento em que o adolescente precisa sair do espaço de acolhimento institucional. Para isso, é necessário que o adolescente esteja amparado e preparado para enfrentar uma nova fase em sua vida.

A discussão sobre o abrigamento e o processo de desligamento é complexa. Segundo Oliveira e Milnisky (2007), embora se utilizando da pobreza como justificativa para o abrigamento de uma criança ou adolescente, verifica-se uma situação de miséria que interfere direta e significativamente nas relações familiares gerando as denominadas "famílias desestruturadas", entendidas como aquelas famílias que são "incapazes de cuidar dos filhos".

Assim, "modificar o lugar das famílias nas políticas públicas e intervenções tem-se constituído um desafio" (FÁVERO, VITALE, BAPTISTA, 2008 p. 14). Portanto, refletir criticamente sobre esse processo e garantir esses direitos, requer um investimento maciço em políticas públicas que respondam adequadamente e satisfatoriamente as necessidades e demandas dessa população.

Neste sentido, o trabalho que aqui se discorre, busca realizar uma discussão sobre o processo de desligamento de adolescentes em situação de acolhimento institucional, tendo como objetivo geral: analisar a perspectiva dos adolescentes sobre o processo de desligamento do serviço de Acolhimento Institucional. Em específico, objetivou-se conhecer o processo de desligamento de um serviço de acolhimento a partir da visão dos sujeitos (Des)Acolhidos; conhecer a dinâmica de vida dos adolescentes (Des)Acolhidos; identificar o processo de preparação para o desligamento institucional; possibilitar que os adolescentes expressem seus anseios e perspectivas de futuro.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a presente seção é a introdução. A segunda seção faz uma breve contextualização histórica da política de atendimento da criança e do adolescente, destacando o trabalho e os desafios das entidades de acolhimento institucional bem como o processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. Na terceira seção apresenta-se o contexto institucional da pesquisa:

a Casa Lar Nossa Senhora do Carmo, no qual apresentam os sujeitos da pesquisa, o processo de acolhimento, a rotina de vida no abrigo, discute-se também a manutenção dos vínculos familiares ao processo de desligamento, as orientações acerca do processo, como encarar o processo de desligamento e as discussões sobre o que vem depois. Para finalizar são apresentadas as considerações finais destacando as principais análises e resultados da pesquisa.

Ao analisar o processo de desligamento dos adolescentes a partir de suas perspectivas, pretende-se contribuir no direcionamento das ações públicas destinadas a esses sujeitos e na construção coletiva de caminhos mais consistentes que atendam as suas necessidades e garantam os seus direitos.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL.

Historicamente, crianças e adolescentes em situação de pobreza, sempre foram considerados problemas sociais. Desde a antiga lei dos pobres, implantada na Inglaterra em 1601, até a consolidação das leis de proteção à infância, em 1911, muitas injustiças sociais foram cometidas a este segmento da sociedade.

No Brasil, no período colonial, predominou a 'roda dos expostos'¹ com a finalidade de atender crianças que, por algum motivo, eram abandonadas por suas famílias.

No período Imperial, ainda firmava-se o paradigma da roda dos expostos. Nessa época muitos bebês faleciam antes mesmo de completarem um ano de vida, em função de maus-tratos ocorridos dentro das próprias instituições responsáveis pelos cuidados.

Neste período, existia uma forte aliança estabelecida entre a Igreja e o Estado, em que a Igreja tinha grande poder sobre o Estado e isso influenciava significativamente nas suas ações sobre as crianças.

Segundo Elage (2011, p11) "O termo "menor" era utilizado para se referir às crianças pobres e abandonadas e incluía também aquelas consideradas de conduta antissocial (os autores de ato infracional)".As crianças e os adolescentes vistos como menores infratores

¹.Formada por uma caixa dupla de formato cilíndrico onde eram deixadas crianças cujos pais que, por alguma razão não as podiam criar.A roda foi adaptada no muro das instituições caridosas: abadias, mosteiros e irmandades beneficentes.

eram destinados ao Estado e os pobres, na ausência ou inexistência de autoridade parental, eram de responsabilidade da Igreja.

No início do Século XX, uma enorme parcela da população vivia em situação de extrema miséria. As cidades estavam ficando abarrotadas de pessoas que migravam em busca de trabalho nas tímidas fábricas que estavam surgindo e por ali ficavam (AGÊNCIA SENADO, 2015).

Neste período, crianças e adolescentes ficavam a mercê das condições que lhes eram postas:

Ou trabalhavam, submetidos a serviços pesados ou perigosos, jornadas exaustivas e pagamentos irrisórios. Trabalhadores imberbes eram vistos operando máquinas nas indústrias, vendendo bilhetes de loteria nas ruas e participando das colheitas nas fazendas. Ou então perambulavam pelas ruas das cidades grandes, como Rio e São Paulo, agrupados em “maltas”, como se dizia, cometendo roubos, aplicando golpes, pedindo esmolas ou simplesmente vadiando. Naquela altura, as escolas públicas eram raras e estavam reservadas para os filhos das classes abastadas. (AGÊNCIA SENADO, 2015, p. 4-5).

Em 1922 houve uma reforma no código penal elevando de 9 anos para 14 anos. Em 1927 foi promulgada a primeira lei do Brasil dedicada à proteção da infância e da adolescência. Com o Código de Menores de 1927, a maioria penal chegou-se aos 18 e a prisão de crianças e adolescentes ficou proibida. Ficando permitidas apenas medidas socioeducativas (AGÊNCIA SENADO, 2015).

Os Códigos de Menores adotaram, progressivamente, políticas eminentemente estatais para o atendimento à criança e ao adolescente, concretizando-se um processo de institucionalização responsável por uma trajetória jurídica que quase sempre levava o ‘menor’ à condição de presidiário. Com o Código de 1927, houve a proibição do trabalho de crianças até 12 anos e sua impunidade até os 14 anos. A partir de 14 até 18 anos, as crianças poderiam ser internadas em “estabelecimentos especiais” e dos 18 anos em diante seriam puníveis pelos crimes cometidos. (FREITAS, 2013).

Segundo Abreu (2013), as políticas direcionadas à infância eram pautadas em grandes sistemas de internação, com um tratamento oferecido em dois vieses: o primeiro dizia respeito à defesa do “menor abandonado”; o segundo tinha por foco defender a sociedade desse mesmo “menor”, que também era percebido como delinquente em potencial e, portanto, oferecia perigo à população.

A Roda dos Expostos só foi extinta no Brasil na década de 1950, sendo o último país a acabar com esse sistema de acolhida da criança abandonada. No entanto, ainda que tenha sido um modelo de acolhimento totalmente inaceitável nos dias atuais, "cabe ressaltar que essa instituição cumpriu um importante papel, visto que por quase um século e meio, foi praticamente a única instituição de assistência a criança abandonada" (FREITAS, 2013, p.53).

Após a extinção da Roda dos Expostos em 1950, começam a surgir as primeiras instituições filantrópicas como modelo assistencial. Nesses termos, à filantropia atribuíam-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil.

Segundo Freitas (2013), somente a partir do ano de 1960, houve fundamentais mudanças de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) criada em 1964, seguida da instalação, em vários estados, da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Todavia, tanto a FUNABEM quanto FEBEM não tinham preocupação alguma no que tange à garantia de direitos dos que ali ingressavam. Havia uma confusão conceitual entre aqueles que cometiam crimes e aqueles que estavam desprotegidos, sendo ambos colocados no mesmo patamar, sendo vítimas da repressão e do disciplinamento do Estado, nas FEBEMs, as quais eram entendidas como institutos de reformas. As crianças e os adolescentes viviam confinados nestas organizações e o atendimento estava pautado na disciplina, cumprimento de normas e ausência de escuta dos internos nas suas reivindicações, ou mesmo no tratamento massificado, em detrimento do respeito às individualidades.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passa-se a regular importantes princípios de reestruturação do sistema brasileiro de políticas sociais, dentre eles, uma ampliação e extensão dos direitos sociais (OLIVEIRA; SAPIRO, 2007).

Neste contexto de expansão da democracia social, pós-regime militar, e de participação social, voltado para os direitos sociais, neste caso, direitos das crianças e dos adolescentes, é assinada a Lei Federal (nº 8.069), promulgada em 13 de julho de 1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (OLIVEIRA; SAPIRO, 2007).

Segundo Oliveira e Milnitsky-Sapiro(2007), desde sua publicação, no início da década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente enfatiza a reflexão calcada no paradigma da atenção e proteção integral à criança e ao adolescente enquanto sujeito de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se caracterizou como expressão máxima do desejo da sociedade brasileira de garantir direitos de

crianças e adolescentes historicamente fragilizados, principalmente os provenientes de classes sociais menos favorecidas [...] tornando-se um instrumento norteador de novos paradigmas no atendimento e atenção a crianças e adolescentes em estado de abandono social ou prestes a ingressarem nessa situação. (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007, p. 625).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, "o Estado assume enfim, sua responsabilidade sobre a assistência a infância e a adolescência desvalidas, e estas se tornam sujeitos de direito, pela primeira vez na história" (FREITAS, 2013, p 79).

Além disso, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, entendeu-se que o fenômeno da violência intrafamiliar está além das limitações socioeconômicas, fazendo uma distinção entre criança que sofre maus-tratos e criança "carente", cuja família se encontra em dificuldades de diversas ordens. A partir dessa lógica, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, um deles sendo a convivência familiar e comunitária, buscando diminuir as diferenças entre os segmentos sociais e atenuar as discriminações dirigidas às crianças e adolescentes das classes desfavorecidas. O propósito das mudanças legislativas foi a construção de novos paradigmas e, com isso, também de novas práticas (ABREU, 2013).

O atual sistema de acolhimento institucional tem como proposta uma articulação com as redes assistenciais disponíveis, com objetivo de reintegrar crianças e adolescentes às famílias, na tentativa de romper com a cultura de afastamento dos mesmos do núcleo de origem frente a qualquer situação de vulnerabilidade social, risco ou pobreza, bem como contrapor e reparar o passado recente de isolamento de crianças e adolescentes enclausurados na instituição.

O contexto atual da criança e adolescente no Brasil nos leva para o viés do impacto da desigualdade vivenciada por esses indivíduos no que tange o acesso aos direitos e às políticas direcionadas a esse público. Ou seja, cada sujeito tem sua realidade específica seja ela familiar, social, econômica, etc. Portanto, o grande desafio é ter um olhar sobre tais realidades, identificar os fatores e como se deve proceder diante dessas situações. Somente assim será possível pensar políticas que vão além das que já estão postas, para melhor atender especificidades de cada criança e adolescente.

2.2 O TRABALHO E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Instituições de Acolhimento, visam como medidas protetivas excepcional e provisória, acolher e proteger crianças e adolescentes que vivenciaram qualquer tipo de negligência, violência e abandono por parte da família biológica ou extensa.

Levando em consideração os avanços que a atual legislação de proteção integral para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e conflito familiar, o uso da terminologia “acolhimento institucional” substitui o termo abrigo, alterada pela Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.

Conforme afirma Santana (2013, p. 2), "o conceito de abrigo foi alterado para espaço de acolhimento institucional, para dar um sentido mais humanizado ao serviço." O Acolhimento Institucional é definido como atendimento institucional às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser afastados, temporariamente, da convivência familiar.

As instituições de acolhimento institucional são norteadas pelos princípios e diretrizes da Constituição Federal de 1988 e por legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 46 Orgânica da Assistência Social (LOAS), além das normativas dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. Esses espaços visam à reintegração familiar, através de um conjunto de legislações e diretrizes técnicas construídas nas últimas décadas com o intuito de regulamentar e qualificar o trabalho realizado. Estas normas avançam no sentido de romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalecer o paradigma da proteção integral (ADRIÃO, 2013).

As políticas que fundamentam o Direito da Criança e do Adolescente estão calcadas no conjunto dos direitos fundamentais, dos direitos humanos, os quais convergiram em um estatuto próprio que veio regulamentar os princípios constitucionais e as normas internacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A partir dele, a criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e de uma nova institucionalidade, reordenando competências, conteúdos, formatos e atribuições, redefinindo as relações entre Estado e sociedade e entre esferas governamentais no campo da infância e juventude (MAIA, 2011).

Com o ECA, todas as crianças e adolescentes são portadoras de direitos fundamentais, sem distinção de raça, cor, etnia ou condição social e econômica. Nesse cenário o Estatuto

estabelece os princípios e critérios que devem ser seguidos por um programa de abrigo, os quais se encontram no Art. 92:

Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 1990).

O retorno da criança em acolhimento para sua família de origem ou extensa é ponto fundamental nas políticas norteadoras das entidades de acolhimento, e implica num trabalho social com a família. Destaca-se, ainda, o atendimento personalizado em pequenos grupos. No acolhimento dos grupos de irmão e/ou primos, os mesmos devem ser mantidos unidos, a fim de preservar os vínculos familiares existentes, buscando-se sempre a não transferência para outras entidades. Devendo o momento do desligamento ser assistido por equipe técnica que irá montar estratégias de realizar essa desinstitucionalização de maneira gradativa (CARDOSO, 2017). Porém mesmo com tais normativas, sabe-se que no Brasil muitos abrigos não realizam o trabalho social com famílias na perspectiva de restituição de vínculos, o que dificulta enormemente o retorno às famílias de origem.

A legislação brasileira em vigor reconhece e preconiza a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos (BRASIL, 2006).

No âmbito de realizar estes princípios fundamentais à cidadania, a Constituição Federal Brasileira de 1988, refere-se à assistência social como direito subjetivo público e política integrante do sistema de proteção social brasileiro, inserindo nela o Artigo 227, que é considerado o embrião do Estatuto:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a "família é a base da sociedade" e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, assegurarem à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais, ampliando e aprofundando aqueles reconhecidos e garantidos para os cidadãos adultos no seu artigo 5º. Dentre estes direitos fundamentais da cidadania está o direito à convivência familiar e comunitária (MAIA, 2011).

Além disso, os direitos deste segmento social também são assistidos pela Política de Assistência Social, que prevê a intersetorialidade e o trabalho em rede, ou seja, a articulação entre políticas e seus serviços para atender as necessidades das famílias e seus membros.

Essas legislações colocam a família como seio ideal para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, devendo ser assistida com políticas básicas de saúde, educação, lazer, esporte, cultura, profissionalização e outros direitos sociais, que lhe possibilitem exercer as funções de cuidar, socializar, educar e de proteção (CARDOSO, 2017).

Segundo Miotto (2014) a promulgação da Constituição Federal de 1988, incorporou a família no campo da política social e introduziu a perspectiva do dever do Estado em relação a proteção social, através da garantia de direitos universais a todos os cidadãos independentes de vínculos de trabalho e da família. Assim, a família precisa ser amparada pelo Estado para cumprir com suas funções, caso contrário, a tendência familista exacerba uma culpabilização destas.

Miotto (2012 apud Dal Prá, 2016, p. 7), afirma que "é pelo campo do cuidado que se expressa a responsabilização da família, onde articulam-se estratégias de imposição ou transferências dos custos do cuidado para as famílias seja no âmbito financeiro, emocional e de trabalho."

Dal Prá (2016) destaca que, nas décadas de 1990 e 2000, houve um reforço à responsabilização da família pela proteção social de seus membros, efetuado a partir da contrarreforma do Estado, passou-se a investir em duas frentes: no investimento massivo do Estado em programas de transferência de renda em detrimento das políticas universalizantes e de proteção aos trabalhadores e outro de responsabilização da família na provisão de bem-estar onde esta ressurge como a primeira referência fundamental na política social.

Tal cenário nos refere a um quadro de articulações de pessoas, instituições e organizações baseada na coerência e na divisão de responsabilidades e atribuições.

2.3 O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A vivência numa família que passa por dificuldades, o ingresso numa instituição de acolhimento e a possibilidade ou não da reinserção familiar, são experiências que impactam diretamente no desenvolvimento da criança e do adolescente.

Segundo Rosa, et. al. (2012): as instituições de acolhimento, por sua vez, terão um caráter transitório além de excepcional, como orienta o ECA. E a preservação dos vínculos familiares e comunitários é um dos aspectos fundamentais do processo de acolhimento, a qual norteou as políticas públicas nas duas últimas décadas, opondo-se à prática de institucionalização de crianças e adolescentes, que contribui para o afastamento familiar e comunitário. Por isso é importante que as instituições tenham como uma das metas principais "unir esforços em busca do restabelecimento do direito à convivência familiar e comunitária dos acolhidos" (ROSA, et. al. 2012, p. 362).

A reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizadas requer profissionais capacitados que atuem com cautela e uma rede de apoio social eficaz e com programas públicos direcionados ao auxílio e proteção às famílias, para a superação de suas vulnerabilidades sociais. (IANNELI; ASSIS; PINTO, 2015, p. 46).

Contudo, a realidade brasileira mostra-se muito distante do previsto em lei quando se avalia o tempo de acolhimento. Rosa et. al. (2012), ainda afirma que aproximadamente 52,6% das crianças e adolescentes acolhidos ultrapassam o tempo de permanência nas instituições. Algumas crianças chegam a permanecer por mais de seis anos na instituição de acolhimento.

Diante dos dados, Rosa et. al. (2012) chamam a atenção para a ineficiência do Estado na promoção da reinserção de crianças e adolescentes. Situação preocupante, tendo em vista os efeitos na sociabilidade, no desenvolvimento e na manutenção de vínculos afetivos que um período de institucionalização prolongado acarreta.

A reintegração de crianças e adolescentes em acolhimento institucional é um trabalho complexo, onde o objetivo central dos profissionais envolvidos é a superação das questões que motivaram o acolhimento. Por outro lado, quando a reinserção familiar não é possível, sendo necessário um processo de desacolhimento, outras dificuldades se apresentam. Por viverem longos períodos na instituição o processo de desligamento institucional se torna um

momento ambíguo, ao passo que figura como um desejo de maior liberdade de ação, gera um receio de perder os cuidados que o abrigo lhe oferece (MARTINEZ; SILVA, 2008).

A saída da instituição é o momento de descobertas, onde o novo não é apenas o que está além dos muros, mas também o que surge no interior de cada ser. Esta fase provoca medo, e ao mesmo tempo gera expectativa. Existe o medo do preconceito, da solidão, da ausência de estabilidade financeira e a expectativa de ser o protagonista da própria história, de ter autonomia, fazer escolhas, ser independente (BORTOLINI; SANTOS, 2012).

Assim, faz-se necessário preparar a criança e o adolescente para o desligamento desde a sua chegada na instituição. É preciso que a instituição se empenhe na construção de redes sociais fora do abrigo, tarefa que contribui significativamente na construção do sentimento de confiança, autonomia e pertencimento ao grupo cultural mais amplo do que o próprio abrigo. Na ausência de preparo e apoio, os adolescentes poderão estar sujeitos a percorrerem por caminhos que novamente os submeterão as situações de riscos (MARTINEZ; SILVA, 2008).

O desligamento não pode ser visto como uma ação pontual. Deve ser entendido como resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia do sujeito envolvido no processo. Faz-se necessário pensar e organizar estrutura de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, além criar parcerias com repúblicas, bem como prestar um acompanhamento institucionalizado para preparar o adolescente para seu desligamento, tendo em vista as grandes emoções que surgem. Esse processo causa um amadurecimento rápido, em virtude das condições que são impostas ao abrigado (VIEIRA, 2011).

Por serem protagonistas de suas vidas, os acolhidos, desde a sua chegada, devem ser informados do seu processo e das possibilidades que se vislumbram para eles, sendo esclarecidos do que está acontecendo no âmbito jurídico e afetivo. Esclarecendo que o desligamento da medida de acolhimento ou a inserção na família acontecerá um dia, quer seja pelo retorno à família biológica, quer seja pela adoção ou pela maioridade.

Ao sair da instituição, o acolhido necessitará de políticas que ofereçam o suporte necessário nesta nova fase da vida. É necessário que o mesmo esteja ciente das dificuldades que encontrará na sociedade e dos desafios que terá que enfrentar para garantir seu espaço.

Neste sentido torna-se imprescindível que hajam profissionais qualificados para atuarem nos serviços de acolhimento que preparem a criança e o adolescente para o desligamento da Instituição. no que tange"

às novas práticas de atendimento, propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, [...] tendo como pressuposto que a criança e o adolescente são sujeitos

de direitos". Ou seja, "requer uma mudança de mentalidade de todos os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente." Para que as ações se voltem para atendimento pautado na educação e na individualização das crianças e adolescentes e seu contexto Social (ELAGE, et al, 2011, p. 10).

A cultura de um bom vínculo com os funcionários favorece uma vivência mais saudável e confortadora, embora o desejo de liberdade, que também faça parte do próprio período da adolescência, potencializado pela expectativa de uma oportunidade de reconstrução da própria história e até mesmo de uma nova identidade social (RAMIRO; GITTI, 2009).

Ademais, um processo de desligamento eficaz, capaz de fazer com que os jovens transcendam a sua própria história, atribuindo-lhe outro significado, permitindo-os planejar e estruturar um futuro, visto como a possibilidade de uma construção de uma nova história, só é possível por um processo de resignificação por das experiências vivenciadas no abrigo com sua cultura, linguagem e valores próprios.

3 O CONTEXTO INSTITUCIONAL DA PESQUISA: A CASA LAR NOSSA SENHORA DO CARMO

A pesquisa que aqui se delinea, foi aplicada e desenvolvida na Instituição de Acolhimento Lar Nossa Senhora do Carmo, junto aos adolescentes em processo de desligamento institucional.

3.1 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A referida Instituição de Acolhimento fica localizada na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A instituição é mantida financeiramente através de convênios com a prefeitura de Florianópolis, doações advindas de segmentos ligados à Igreja Católica, recursos próprios da instituição Sociedade Divina Providência que administra o Lar Nossa Senhora do Carmo e de ações como bazares e brechós promovidos pela instituição.

A Casa Lar Nossa Senhora do Carmo atende crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e da Juventude, no município de Florianópolis. A instituição acolhe até 20 (vinte) crianças e adolescentes, sendo meninas na faixa etária de 2 a 17 anos e 11 meses de idade, e meninos de 2 a 17 anos e 11 meses de idade, desde que sejam irmãos das meninas acolhidas.

A decisão sobre o acolhimento das crianças e adolescentes é tomada quando é detectada uma violação de direitos previstos no ECA. As vulnerabilidades que demandam essa medida, mais frequentemente, são: negligência, violência sexual e envolvimento com drogas pelos pais ou responsáveis (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

O Lar é vinculado à entidade “Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros – OSCOPAC”, a qual é a mantenedora da instituição. A OSCOPAC foi fundada em 1980 e tem como missão a prestação de assistência social à população em situação de vulnerabilidade em especial, o amparo a gestante, a criança, ao adolescente e aos idosos.

O Lar Nossa Senhora do Carmo, foi fundado em 1994, como uma medida para responder à alta demanda por serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na região. A proposta inicial surgiu da experiência de duas moradoras da comunidade, que encarregadas de dinamizar a ação social da Paróquia de Coqueiros, perceberam as precárias condições de saúde, educação, moradia da população e desenvolveram uma experiência de atendimento a crianças e adolescentes da Via Expressa, dando início à primeira Casa-Lar na região de Coqueiros (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

Em 2014, por recomendação do Conselho de Assistência Social de Florianópolis (CMAS), a Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, por ser caracterizada como um Abrigo Institucional, segundo a Tipificação de Serviços Socioassistenciais, alterou sua nomenclatura, passando a se chamar Lar Nossa Senhora do Carmo (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, regulamentada pela Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 do CNAS, divide os serviços em proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade.

Nos serviços de proteção social especial (PSE), o usuário já está exposto às situações de risco sendo que os de alta complexidade garantem proteção integral visto a necessidade de retirada do vínculo familiar e, ou comunitário. Dentre os serviços de proteção social especial de alta complexidade encontra-se o serviço de acolhimento institucional nas modalidades de: abrigo institucional; casa lar; casa de passagem e residência inclusiva.

Enquanto serviço de acolhimento institucional, o Lar Nossa Senhora do Carmo é provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (CNAS, 2009).

É importante que todas as instituições de acolhimento devem ter seus serviços guiados por um projeto político pedagógico bem desenvolvido, calcado em uma hipótese de futuro, um lançar para frente. Assim, todo trabalho desenvolvido pelo Lar Nossa Senhora do Carmo é orientado por um Projeto Político Pedagógico (PPP), que cumpre o papel de guiar as ações na instituição, além de imprimir sua identidade, valores e princípios. O projeto é pedagógico porque possui uma metodologia, uma concepção de formação, de ensinar e aprender. É político porque implica em participação, decisões, escolhas, tomadas de posição, levando em consideração princípios e valores implícitos e explícitos (NECA, 2010).

O PPP do Lar Nossa Senhora do Carmo, tem como objetivo geral “Garantir a aplicação dos princípios constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que as crianças e adolescentes acolhidos tenham sua cidadania garantida e desenvolvida” (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019, p.7).

Enquanto objetivos específicos, visa-se:

Incentivar ou resgatar o vínculo afetivo das crianças e dos adolescentes acolhidos com seus familiares; Encaminhar crianças e adolescentes acolhidos à adoção quando esgotada a possibilidade de retorno para família biológica, em parceria com a Vara da Infância e Juventude; Suprir necessidades básicas como: saúde, educação, alimentação, vestuário, higiene, documentação, e outros; Incentivar a autonomia das crianças e adolescentes acolhidos; Conhecer, refletir e ressignificar as relações sociais que perpassam a diversidade humana; Fortalecer e resgatar a identidade individual e sentimento de pertença social em diferentes esferas; Contribuir para a formação e emancipação dos sujeitos; Colaborar com o desenvolvimento das crianças e adolescentes através de conhecimento científico, artístico, cultural e tecnológico; Realizar parcerias e intercâmbios com outras entidades e órgãos que atendem demandas da população infanto-juvenil. (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019, p.7).

O direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional deve ser garantido pelas instituições de acolhimento para que não se desvinculem de suas famílias de origem no período de institucionalização. Não se distanciando excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos, além de assegurá-las um lar (que deve ser provisório) e condições de participação na vida social e cultural da comunidade.

A manutenção dos vínculos familiares e comunitários, fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos, estão diretamente atrelados ao investimento nas políticas públicas de atenção à família e em consonância com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o qual constitui um marco nas políticas públicas, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, preconizados desde 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para atender a essa demanda, o Lar Nossa Senhora do Carmo está localizado próximo de serviços públicos de saúde (centro de saúde de Capoeiras) e de educação (escola pública municipal e escola pública estadual), de transporte coletivo, praça pública (Parque de Coqueiros) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

A instituição ainda prioriza pelo respeito e valorização da autonomia, da cidadania, dos gostos pessoais, da individualidade, além de se oferecer um ambiente salubre, acolhedor e que traga as crianças e adolescentes acolhidos, vivências significativas enquanto necessitar deste local. O atendimento prestado compreende atividades lúdicas e escolares, cursos educativos, refeições diárias, apoio pedagógico, etc., além de acompanhamento psicológico e

do Serviço Social. Procura-se priorizar o retorno familiar e, quando este não se faz possível, a colocação em família substituta, objetivando evitar a institucionalização das crianças e adolescentes acolhidas e garantir, desta forma, o direito de convivência familiar e comunitária, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90) (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

Para além, o Lar busca a preservação das vivências, dos momentos, das histórias e recordações das crianças e adolescentes que estão sob medida de proteção, desenvolvendo planos e projetos específicos, como o “ÁLBUM”, o qual consiste em um trabalho voltado para a preservação da memória das crianças e adolescentes acolhidos. Há também o projeto “Fazendo Minha História”, o qual busca a aproximação dos usuários com a literatura e, também na confecção de um álbum com fotos e história de suas vidas. Os participantes são acompanhados semanalmente por um voluntário durante o período de um ano para a realização desta atividade, a qual contribui significativamente na construção de identidade da criança ou do adolescente, facilitando a formação de vínculos.

São desenvolvidas também, através do Plano de Apoio Pedagógico, oficinas de culinária, de horta, Carona Solidária, e também o projeto que está em implementação “Apadrinhamento Afetivo”, buscando assim manter vínculos externos à instituição, convivência comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

O Lar possui uma Política Institucional de Educação, desenvolvida com o apoio de duas assistentes sociais, com vistas à ampliação das diferentes esferas do conhecimento das crianças e adolescentes, alicerce fundamental para alcançar a autonomia e protagonismo. São desenvolvidas ações socioeducativas e pedagógicas alternativas, com caráter formativo que têm em vista a ampliação dos saberes dos acolhidos, inclusive cultural e artístico (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

Para melhorar qualitativamente o atendimento às crianças e adolescentes e dar continuidade na prestação dos cuidados, o lar conta com uma equipe profissional composta por: uma coordenadora, quatro educadoras sociais, duas auxiliares de educadora social, uma psicóloga, uma pedagoga, uma coordenadora administrativa, uma tesoureira, e um auxiliar de manutenção (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

A resolução conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009, o qual Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes:

É uma referência à medida que reconhece que todos os profissionais que atuam nos serviços de acolhida desempenham o papel de educador, impondo a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos eles. (ELAGE, 2011, p. 14)

Embora exista uma faixa etária de acolhimento, o Lar não deixa de atender meninos e meninas que, previamente acolhidos, tiverem necessidade de permanecer no lar após completarem a idade máxima, fornecendo as condições para o desenvolvimento de sua autonomia (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

Ainda que o serviço de acolhimento seja uma proteção social para toda criança ou adolescente que dele necessitar, é notável que a maior parte dos acolhidos pelo Lar Nossa Senhora do Carmo, seja proveniente de famílias com perfil socioeconômico vulnerável e famílias residentes dos bairros periféricos da cidade.

Embora a maior parte das famílias das crianças atendidas tenha perfil socioeconômico de vulnerabilidade social, não significa dizer que tais violações de direitos não aconteçam nas famílias de perfil socioeconômico mais elevado. No entanto, essa realidade leva a questionar se a própria urbanização e arquitetura dos bairros periféricos, pela aglomeração das moradias, não resulta numa vida muito menos privada, e, portanto, gera mais denúncias (LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, 2019).

O serviço de acolhimento desenvolve diversas ações socioeducativas, elaboradas pela equipe, conjuntamente com as crianças e adolescentes acolhidos, de acordo com suas necessidades. Além de cuidados permanentes como alimentação e atividades escolares, cuidados básicos e todas as atividades extrainstitucionais de que as crianças e adolescentes demandarem, incluindo atendimento psicológico e médico.

O planejamento das ações da equipe é realizado nas reuniões quinzenais, das quais participam a equipe técnica, a coordenação, as educadoras sociais e auxiliares. Nestes encontros é feita uma avaliação das demandas das crianças e dos adolescentes acolhidos, para que sejam definidos encaminhamentos, intervenções, e, posteriormente, registros em prontuários e nos Planos Individuais de Atendimento.

O envolvimento dos usuários é fundamental no planejamento, não somente das ações da instituição, mas também na própria dinâmica institucional. As crianças e os adolescentes acolhidos são atendidos na perspectiva de sujeitos de direitos. Isto significa que a equipe técnica desempenha o trabalho de informar e atualizar o usuário sobre sua situação judicial.

Periodicamente, são realizadas reuniões que envolvem as crianças, os adolescentes, e toda a equipe: coordenação, assistente social, psicólogo, educadores sociais, auxiliares, etc.

Nessas reuniões, as quais podem, inclusive, influenciar nas diretrizes do Projeto Político Pedagógico, são discutidas as questões referentes à rotina, atividades, horários e normas do Lar. Além desses processos de avaliação estabelecidos, a equipe se coloca a disposição para realizar alterações nas suas ações conforme a demanda dos usuários, de suas famílias ou também de seus parceiros: Ministério Público, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, etc.

O Lar se relaciona com toda a rede de serviços da região e também do município de Florianópolis. Atualmente, a instituição conta com a colaboração do curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Sá para a realização de atendimento psicológico a seis acolhidos. Este atendimento é realizado nas instalações da faculdade, por estagiárias de psicologia supervisionadas por uma psicóloga que possui um relacionamento estreito com a instituição, conhece sua dinâmica e etc. As estagiárias de psicologia e sua supervisora, além dos atendimentos individuais, realizam trabalho de grupo sobre adoção com os acolhidos e sobre sexualidade com a equipe do Lar.

A instituição possui uma parceria com o instituto “Patás do Bem”, um grupo voluntário que realiza atendimento aos usuários aos sábados de manhã, quinzenal, no Lar, com intuito de realização de atividades de lazer e socialização interagindo crianças, adolescentes e cães. O Lar também faz parte do Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF²), para discussão de casos, estudos e encaminhamentos de demandas conjuntas.

Também existe uma relação entre a instituição e o Poder Judiciário, tendo em vista que o acolhimento das crianças e adolescentes é determinado por medidas judiciais. Cabe ao Serviço Social do Lar Nossa Senhora do Carmo encaminhar, periodicamente, relatórios situacionais a respeito de questões educacionais e de saúde, quanto à possibilidade de retorno familiar, entre outros acontecimentos na vida do usuário enquanto este se encontra acolhido. O Lar estabelece relação com as escolas municipais e estaduais da região para atendimento das crianças e adolescentes enquanto residem na instituição. Da mesma maneira, o vínculo com os serviços públicos de saúde também é intenso, tanto com as unidades básicas quanto com hospitais e centros de apoio psicológico.

²FINAF promove a articulação das Instituições de Acolhimento, principalmente no que diz respeito à captação de recursos.

No que tanger as políticas sociais, algumas das demandas dos usuários do serviço de acolhimento são supridas na própria instituição, por exemplo, a alimentação. Em relação à saúde, além de utilizar o Sistema Único de Saúde, o Lar Nossa Senhora do Carmo possui uma parceria com a clínica Santa Helena, que realiza atendimentos aos acolhidos. A Farmácia Escola, também, fornece medicamentos para os usuários psiquiátricos, gratuitamente. Quanto ao acesso aos benefícios sociais, alguns acolhidos no Lar Nossa Senhora do Carmo dispõem do Benefício de Prestação Continuada, direito que a instituição sempre batalha para garantir para os usuários que dele necessitam. Também é viabilizado o benefício de cadastro único para as crianças ou adolescentes que tiverem direito.

Na esfera da educação, a maior parte dos usuários frequenta escolas públicas ou creches da região, porém alguns frequentam colégios particulares pelo fornecimento de bolsas. Para os casos em que há necessidade, é viabilizada a gratuidade do transporte intermunicipal, por exemplo, para um dos adolescentes psiquiátricos que possui deficiência física.

A longa permanência de algumas crianças e adolescentes na instituição se dá, principalmente, devido à destituição do poder familiar ao qual requer diversas tentativas de retorno ao ambiente familiar. Somente quando é constatado que a família de origem realmente não possui condições de receber aquela criança ou adolescente novamente, é que o processo é realizado para que essa criança ou adolescente seja inserido em uma família substituta através de guarda, tutela ou adoção.

A partir da decisão judicial de destituir o poder familiar, é iniciado o processo de adoção. Por vezes esse processo é dificultado, pois a procura por crianças brancas de até dois anos é bem maior que as demais. Em sua maioria, os acolhidos no Lar Nossa Senhora do Carmo, no entanto, são pardos, que possuem mais que três anos de idade.

A equipe técnica do serviço de acolhimento estabelece uma interação contínua com o Poder Judiciário para “oportunizar a discussão dos casos, auxiliar para que o desacolhimento seja efetivado e, principalmente, que tenha sucesso”. A preparação para o desacolhimento é feito de maneira gradual, respeitando as particularidades de cada criança ou adolescente. Após tal processo, alguns egressos retornam à instituição para apresentar à equipe seus novos familiares, cônjuges, filhos, entre outros.

A equipe do Lar Nossa Senhora do Carmo dispõe de uma estrutura física salubre, ampla, arejada e de mobiliário adequado, entretanto, existem algumas limitações como a falta de recursos aquisição de tinta para impressora, conexão limitada de internet, possui apenas um meio de transporte o qual é insuficiente para atender todas as demandas da instituição como o

deslocamento tanto dos acolhidos em suas atividades e atendimentos consultas médicas, atendimentos psicológicos, retirada de medicamentos, entre outras,tendo em vista que são 18 acolhidos com atividades em horários diversos; quanto para realizar outras atividades como buscar doações, e atender a equipe técnica e administrativa.

De acordo com o entendimento concebido nesta entidade, as exigências da sociedade contemporânea demandam que crianças e adolescentes sejam inseridos em um processo de socialização. Embora alerta à necessidade de garantir a integração dos acolhidos na sociedade, é objetivo prioritário desta instituição de acolhimento compreender e respeitar o sentimento de infância e adolescência durante este processo de preparação à vida adulta.

Com isso, a importância da intersetorialidade que se firma e se desenvolve nas teias relacionais que se constroem para responder as diversas necessidades e demandas que não são respondidas pelo Estado. Neste sentido, a intersetorialidade visa a "[...] construção de interfaces entre setores e instituições governamentais e não gov, visando o enfrentamento de problemas sociais complexos [...]" (RONZONI, 2019, p. 7).

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa encontrou seu esteio na abordagem qualitativa, tendo em vista que buscou conhecer o trabalho desenvolvido por uma instituição de acolhimento e os adolescentes nela inseridos, bem como suas perspectivas quanto ao espaço de acolhimento institucional e ao processo de desligamento. Para isso, foram analisadas informações de aspectos subjetivos, relacionadas à percepção dos sujeitos envolvidos no fenômeno tomado para o estudo.

Uma abordagem qualitativa é aplicada ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções, das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008).

O caráter da pesquisa foi o descritivo das ações desenvolvidas no processo de desligamento institucional de jovens ao atingirem a maioridade, bem como a análise de seus discursos objetivando identificar suas perspectivas quanto ao processo. Os dados foram coletados através de entrevistas desenvolvidas com os adolescentes em processo de desligamento e embasados em revisão bibliográfica das legislações vigentes quanto ao tema.

As entrevistas foram desenvolvidas após a apresentação e assinatura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE) à coordenação da instituição e aos adolescentes participantes, a fim de que estas autorizem o uso dos dados da pesquisa a ser realizada. No intuito de manter a privacidade e confidencialidade dos envolvidos na pesquisa, e garantir o sigilo dos adolescentes envolvidos, as entrevistas transcritas apresentam nomes fictícios.

A entrevista foi realizada por videochamada gravada, em decorrência do atual cenário vivenciado pela pandemia do COVID-19, de forma individual, no período de maio a julho de 2020, com duração de, aproximadamente, 20 minutos cada, com o objetivo de assegurar as informações coletadas na íntegra para facilitar a transcrição e a análise das mesmas. Todos os dados adquiridos na instituição foram destruídos logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados, conforme informado no TCLE. A coleta de dados deu-se pela aplicação de uma entrevista por meio de um roteiro semiestruturado (Apêndice A) com o objetivo de identificar as perspectivas relacionadas ao processo de desacolhimento institucional, com ênfase no olhar dos próprios desacolhidos, conhecendo a dinâmica de vida dos adolescentes acolhidos, sua preparação para o desligamento institucional e as expectativas e anseios diante desse processo.

Após a coleta de dados, foi realizado o tratamento e análise dos mesmos, de acordo com as seguintes fases da análise qualitativa: redução dos dados, sua categorização e interpretação. Com os dados coletados, foi feita uma discussão com base em literatura específica sobre o tema da temática.

4 A VOZ DAS (DOS) ADOLESCENTES DES(ACOLHIDOS)

No momento das entrevistas, é válido ressaltar, que os sujeitos não apenas relatam ou fazem referência a um passado, presente e futuro, mas sim estabelecem sentidos sobre si e sobre sua própria história.

4.1 CONHECENDO SUJEITOS DA PESQUISA

Na pesquisa em questão, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada com aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados. A entrevista foi realizada com três adolescentes: Rita e Maria e Caetano(nomes fictícios).

Maria (16 anos) está cursando o ensino fundamental e trabalha como jovem aprendiz. A entrevistada destaca que foi acolhida na instituição quando ainda criança, junto com a irmã mais nova, após os pais perderem a guarda. No momento da entrevista, Maria demonstrou certa timidez no início da conversa, mas, aos poucos, foi sentindo-se confortável em contar sua trajetória na instituição de acolhimento.

Rita (18 Anos) cursa o ensino médio e, também, trabalha como jovem aprendiz em uma empresa estatal e está grávida. No momento da entrevista a jovem se mostrou bem descontraída e aberta a qualquer questão, se colocando a disposição para eventuais informações. A jovem relatou ter sido acolhida junto com seu irmão, quando eram ainda criança. Segundo Rita, seus pais perderam sua guarda por conta do alcoolismo e violência. Rita destacou que, logo após o acolhimento teve contato com os pais, mas foi orientada pelas educadoras a omitir essa informação para a equipe técnica. No período da entrevista, a jovem já havia sido desacolhida pelo serviço de acolhimento e morando com seu namorado.

Caetano tem 21 anos, está cursando o ensino fundamental pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O jovem foi transferido de outra instituição de acolhimento para o Lar Nossa Senhora do Carmo. Atualmente o jovem mora em uma pensão protetiva³. No momento da entrevista o jovem demonstrou ser receptivo e bem objetivo.

4.2 O PROCESSO DE ACOLHIMENTO

Um dos elementos fundamentais no processo de acolhimento é a acolhida da criança ou adolescente no ambiente institucional, levando em consideração a situação na qual foi encaminhada possibilitando um ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento e que ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. "os serviços de acolhimento prestados deverão ser de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente" (CNAS, 2008,p.8). Com isso, o apoio afetivo por parte dos profissionais promove resiliência, sentimento de pertencimento, de esperança e de proteção.

As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes dispõem ainda que os abrigos devam contribuir para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente para desenvolver o sentimento de pertença, para superação das

3 Lar de apoio para jovens que completam a maioria dentro da instituição de acolhimento, e não tem para onde ir.

dificuldades advindas da separação da família, bem como respeitar sua história de vida e incentivo a autonomia e a construção de projetos de vida (CNAS, 2008).

Segundo Assis (2014), ainda que o acolhimento institucional esteja previsto no ECA como medida provisória e transitória, algumas crianças e adolescentes projetam na instituição um espaço de moradia, de referência para o cotidiano e de construção de suas identidades (ASSIS, 2014). Em muitos casos, essa projeção pode ser resultado de longa permanência no ambiente institucional devido a inexistência ou fragilidade dos vínculos familiares.

Assim, é fundamental que os cuidadores estabeleçam e mantenham uma ligação estável e duradoura, com atendimento em massa e padronizada. Essas vivências sobre a formação da identidade e o sentimento de segurança emocional podem resultar em uma criança menos vulnerável a doenças físicas e psíquicas, e contribui na sua capacidade de relacionar-se em grupos e em seu convívio social (FURTADO, SILVA, SANTOS, MAGALHÃES, 2019).

Neste sentido, os adolescentes foram questionados sobre as lembranças de sentimentos na chegada ao abrigo. Todos os entrevistados relataram que foram bem recebidos na instituição pelos educadores destacando bons vínculos, afetividade na acolhida, identificação, confiança e diálogo, bem como o tratamento igualitário. As avaliações foram positivas quanto ao empenho no acolhimento. No entanto, houve falas que apontaram descontentamento com a equipe técnica. Abaixo são apresentados alguns relatos dos sujeitos da pesquisa:

Maria destacou: “*Minha chegada aqui, foi legal, me acolheram bem. A tia [...] me recebeu bem*”. Caetano destaca as relações e os sentimentos que ele tem dentro do espaço institucional.

Quem me recebeu, foi a tia [...], com bastante carinho. Da parte das educadoras não tenho nada a reclamar, elas se empenham, fazem tudo que é possível. Na verdade, fazem tudo que está ao alcance delas né, pois não dão mais condições para elas trabalharem melhor. Mas, com relação a equipe, acho que elas deixam muito a desejar. Elas passam muito a mão na cabeça dos pequenos e pra nós adolescentes não dão muita atenção. (Caetano)

A maioria dos adolescentes acolhidos, por terem vivido num contexto de violação de direitos, não estabelecem relações de confiança e amizade nos pais ou em amigos. Tais relações são construídas com os profissionais da própria instituição, tornando este a sua principal fonte de apoio social.

Segundo Fonseca (2017), os vínculos afetivos são essenciais para o desenvolvimento tanto social quanto emocional dos indivíduos. A manutenção e criação desses vínculos estão

relacionados à autoestima e ao bem-estar dos indivíduos no processo de inserção tanto na família quanto no ambiente em que estão inseridas, “proporcionando aos adolescentes o apoio emocional necessário para que eles possam lidar com eventos geradores de estresse, a exemplo de doença ou perda de familiares” (FONSECA, 2017, p.287).

Bom, lembro na época, que quem me recebeu foi uma moça que agora não trabalha mais no abrigo. O primeiro dia, as meninas me apresentaram a casa, na época eram separados, meninos e meninas, então as meninas ficavam numa casa e os meninos na outra. No caso irmãos. Lembro que não chorei, porque na época quando saímos da casa de passagem, me disseram que iriam me levar pra casa. Aí quando cheguei vi que não era minha casa. Fiquei surpreendida na hora, mas quando vi um monte de crianças, um monte de brinquedos, então fiquei bem feliz. Como eu era criança, meus olhos brilharam, fiquei muito feliz de tanto brinquedo, porque em casa eu não tinha. E logo esqueci que tinham mentido pra mim, que iriam me levar pra casa. Mesmo com tantas crianças, na época as tias tratavam muito bem as crianças, tratavam todas iguais sabe.(Rita)

Ao analisar a fala dos entrevistados, podem-se perceber lacunas institucionais e ausências de esclarecimentos no momento da acolhida. Por isso, é importante destacar que a necessidade de um acolhimento em que a criança seja ouvida e que seja capaz de compreender o que está acontecendo de maneira a construir o processo de aceitação e emancipação social e humana.

Neste sentido, a manutenção dos vínculos afetivos caracteriza-se como um fator protetivo da institucionalização o qual exerce efeitos positivos. Portanto, a promoção de afeto verdadeiro e a relação de proximidade com o adolescente são aspectos promotores do desenvolvimento emocional e social. Dessa forma, destaca-se o papel fundamental do educador no desenvolvimento desses jovens, pois o mesmo tem a possibilidade de desenvolver não apenas o aprendizado cognitivo, mas também o afetivo como indispensável para que esses jovens possam aprender a superar as dificuldades que poderão enfrentar durante o seu percurso social (FONSECA, 2017). São as relações entre profissões, a trocas de experiências com outros sujeitos profissionais que vão contribuir para que o trabalho seja melhor desenvolvido.

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade precisa ser "pensada a partir de uma totalidade (crítico-histórico-dialética), na qual são necessárias condições objetivas, sociais e históricas para a sua concretude"(JORGE; PONTES, 2017,p.182).

4.3 A ROTINA DE VIDA NO ABRIGO

Como já mencionado no capítulo anterior, o acolhimento institucional deve promover o desenvolvimento da criança e do adolescente, para isso depende do modo como a instituição é organizada, do seu projeto pedagógico e da qualidade das relações estabelecida dentro desses espaços (FONSECA, 2017).

A instituição de acolhimento disponibiliza para as adolescentes: computadores e acesso à internet (sempre na presença de um profissional); materiais escolares e didáticos necessários à vida escolar; bem como vestuários e alimentação, regido pelo Projeto Político Pedagógico, que cumpre o papel de guiar as ações na instituição, numa concepção de formação, de ensinar e aprender.

A estrutura física é suficiente para atender a quantidade de vagas disponibilizadas, sendo um ambiente salubre e acolhedor aos adolescentes. A área de lazer da instituição é espaço agradável para a convivência das adolescentes o qual dispõe de uma quadra para a prática de esportes e diversas brincadeiras.

Segundo Moreira (2013), a estrutura e o funcionamento da instituição devem ser voltados para a garantia de proteção às crianças e adolescentes abrigados, com atendimento em pequenas unidades, com características de um lar. Além disso, é preciso que a unidade de acolhimento propicie a oportunidade de participar na vida da comunidade através da utilização de recursos públicos como escolas, área de lazer, centros médicos e demais equipamentos (MOREIRA, 2013).

Nesse sentido, pode-se perceber a partir das falas dos adolescentes entrevistados, que o abrigo garante aos mesmos a rotina e a vivência comunitária.

Bom, minha rotina na adolescência era, acordar cedo, ir pra escola, depois trabalhar, depois abrigo. Era sempre isso. Mas antes quando eu era criança, a gente acordava super cedo, tinha que ajudar limpar a casa, ir pra escola e as tias pegavam a gente lá. Além de ser bem pertinho do Lar. Cada um tinha seu dia de lavar louça, era feito uma tabela, cada um tinha sua tarefa. Tinha também os deveres da escola [...] No final da tarde a gente brincava bastante, as tias davam a fruta a tarde, e lá pelas 18h tinha que entrar pra tomar banho. Depois do banho era a janta, depois lavar e secar a louça. Logo depois íamos todos ver tv, mas as 22h todos pra cama porque no outro dia começava tudo de novo. Nos finais de semana era diferente, a gente podia ficar brincando até mais tarde, depois íamos pra dentro de casa e podia ver filme um pouquinho mais tarde. (Maria)

A preocupação com a rotina fica evidente na fala dos entrevistados: “A gente acordava, tomava banho, se arrumava quando tinha que ir pra aula, tomava café. Quando

não tinha aula podíamos ficar dormindo até mais tarde"(Caetano). Segundo Garcia (2019) a construção da rotina no processo de acolhimento é de extrema importância para proporcionar um ambiente acolhedor, que garanta segurança e favoreça o desenvolvimento pessoal das crianças e adolescentes acolhidos. Por meio desta, é possível construir um atendimento integral com um ambiente que se aproxime do familiar, onde todos cooperam com a organização e limpeza do espaço, da alimentação e de seus pertences e também usufruam de momentos de lazer e de convivência familiar e comunitária.

4.4 A MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES NECESSÁRIOS AO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

As Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes tornam indispensáveis para o funcionamento das instituições; a excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar, a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantia de acesso à rede de assistência (política de saúde, de educação, esporte e cultura).

O processo de acolhimento institucional deve ser calcado na garantia do amparo da criança acolhida, às suas necessidades básicas e ao direito de conhecer e compreender os motivos de sua permanência na instituição. Os profissionais e funcionários devem prestar apoio, orientação e informação às crianças, uma vez que os cuidadores e técnicos das instituições de acolhimento assumem as funções de afeto.

O diálogo entre acolhidos e os técnicos do processo de acolhimento é indispensável para despertar no sujeito inserido na instituição a consciência de que ele não se encontra ali por ter sido abandonado por sua família, mas que existe um contexto maior do qual ele faz parte. Tais informações devem ser repassadas ao sujeito quantas vezes forem necessárias a fim de propiciar o seu entendimento durante todo o processo de acolhimento (FURTADO, SILVA, SANTOS, MAGALHÃES, 2019). No entanto, durante as entrevistas os entrevistados relataram que os vínculos familiares não eram mantidos durante o processo de acolhimento, como relata Rita:

Na hora que meus pais não tinham mais contatos comigo, no momento que perderam minha guarda, eu gostaria que na época elas tivessem conversado comigo. Mesmo que na época eu era criança. [...] Eu entendia que meus pais faziam, de beberem, de se baterem. Eu não me sentia legal com aquilo, então eu sabia que aquilo não era certo. Então sentar comigo e com meu

irmão e dizer tudo, elas poderiam ter feito. [...] Em um dia de visita, meu pai, minha mãe e minha tia, chegaram dizendo que tinham perdido minha guarda, deixaram uma sacolinha de doces pra gente. Aí nesse momento, lembro que uma das tias pegou a sacolinha de doces, e falou pra eles irem embora porque eles tinham perdido a guarda e não poderiam ficar ali. Depois a monitora chegou e disse pra mim mentir que não tinha visto meus pais pras tias lá de cima (equipe técnica), não ficarem sabendo. (Rita)

As instituições de acolhimento devem manter a vinculação afetiva da proximidade entre os pares vinculados, tendo em vista que qualquer tentativa de separação, resulta em resistência de ambos acarretando em ansiedade e tristeza geradas pela perda definitiva e despertando sentimento de raiva no indivíduo. Assim sendo, é essencial a manutenção e fortalecimento do vínculo familiar (FURTADO, SILVA, SANTOS, MAGALHÃES, 2019).

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) determina que é preciso priorizar sempre a manutenção de crianças e adolescentes no arranjo familiar de origem, desenvolver atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados (SILVA, 2012).

Nas situações estudadas, o Estado retirou os adolescentes da família e destituiu o poder familiar, porém, não garantiu o restabelecimento dos vínculos familiares, tampouco a manutenção dos laços familiares. Essa característica fica explicitada na fala de uma das entrevistadas, que relatou que foi separada do irmão.

A adoção do meu irmão, eu acho que foi um erro. Eu acho que foi um erro, delas ter cortado essa nossa ligação de irmãos. Sei que antes era bem diferente que agora. Antes lembro que iam muitas pessoas no Lar, para adotar alguém, passear com a gente. Lembro muito, que um dia foi uma pessoa lá, levou eu e meu irmão no shopping. Foi super divertido! mas quando voltamos eles falaram: agora nós vamos viajar! Nossa nunca mais apareceu. Lembro que foi um casal homem com homem, que nossa, foi muito legal, foi meu primeiro dia de cinema, muito massa, era um filme do Coala, ganhei até uma mochila, mas depois eles nunca mais voltaram. Isso me deixou bem triste (Rita).

De acordo com o ECA, Art. 4, o direito à Convivência Familiar e Comunitária é definido como fundamental entendido como direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade (BRASIL, 1988), reconhece-se a importância da convivência familiar e comunitária como fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo seu contexto de vida, que

se materializa através do "Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes" (BRASIL, 2006, p. 15).

Enquanto houver o afastamento da criança ou do adolescente de sua família, os esforços não devem se resumir às ações que focalizem seu bem-estar institucional e social, mas principalmente restabelecer os vínculos familiares e comunitários sendo que, não atender tais preceitos, figura violação constitucional (SILVA, 2010).

4.5 AS ORIENTAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO

O processo de desacolhimento institucional é resultante de um processo de amadurecimento o qual precisa de tempo para ocorrer. Devido o seu caráter social, o mesmo deve ser contextualizado levando em consideração as singularidades de cada sujeito, fazendo com que a saída do abrigo não siga uma forma única para todos os jovens.

Segundo Silva (2010), o desligamento institucional é obrigatório quando o acolhido completa a maioridade e não foi encaminhado para uma família substituta. Nesses casos, é esperado que a instituição prepare-se para esse momento de desligamento, contemplando o fortalecimento da autonomia, a educação, bem como estabelecendo um processo gradativo de desligamento (SILVA, 2010).

Nesse sentido, faz-se extremamente necessário que a ação social seja calcada em práticas sociais e institucionais concretas, para a reinserção desses jovens, se é que um dia eles estiveram de fato inseridos na sociedade (OLIVEIRA, 2014). Diante disso, durante o processo de acolhimento, faz-se necessário desenvolver um trabalho de fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem, no sentido de promover a autonomia para o autocuidado, preservação de objetos pessoais e cumprimento de responsabilidades decorrentes de atividades desenvolvidas na comunidade.

A preparação para o desligamento deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como aprendiz ou trabalhador, visando sua preparação para uma vida autônoma (PORTO, SZORTYKA, HEIDRICH, 2012). Todavia, conforme apontam Porto, Szortyka e Heidrich (2012) essa não é uma realidade. Os autores destacam que o abrigo, na maioria das vezes, não se detém aos princípios da excepcionalidade e curta duração, e que existe um grande despreparo por parte dos adolescentes no que se referem a assumir as suas responsabilidades cotidianas e sua autonomia ao completar a maioridade, fazendo com que uma parcela significativa

destes, continue a viver em situação de miséria, muitas vezes gerando filhos que igualmente acabam em abrigos institucionais, o que não só gera um círculo vicioso como também agrava a situação de risco social (PORTO, SZORTYKA, HEIDRICH, 2012).

Os entrevistados foram questionados sobre desligamento institucional e possível reinserção familiar. Também foi questionado se houve algum tipo de preparo por parte dos profissionais da instituição que os acolheram, para o processo de desligamento obrigatório e algum plano de desligamento. Pode-se notar, pela fala dos entrevistados, que as ações do abrigo no preparo o desligamento do jovem são insuficientes. Todos os entrevistados responderam que a equipe não realizou um preparo satisfatório para o seu desligamento e que as ações eram pontuais e precárias. Ficou evidenciado o anseio que os mesmos tinham de retornarem para seus lares e para o convívio com alguém da família.

Sobre o processo de desligamento, alguns sujeitos entrevistados destacam:

Então, pra mim, eu acho que o processo de desligamento tem que começar desde criança, né! E tem que ser bem planejado, até porque são muitas crianças que passam por ali e outras ficam. Até porque tem vários processos, ou elas são adotadas, ou elas ficam no lar, ou elas retornam para a família. Eu lembro que uma vez elas tentaram fazer algo, mais foram poucos encontros. (Rita)

Quando me transferiram do Lar a equipe técnica não foi bem clara nem específica. Eu gostaria que elas fossem mais objetivas, me chamar pra explicar melhor, pois não sou criança. Poderiam ter me dado mais suporte, ter feito mais para que eu pudesse ter ido morar com minha irmã. O Lar já teve algumas propostas sim, mas nada continuado, com vários encontros, vários temas, mas acho que a equipe deveria fazer assim também, deveria ser trabalhado o ano inteiro (Caetano).

Conforme Oliveira (2014), para que haja um bom desligamento institucional, é preciso que haja também um “acolhimento” desse jovem pela sociedade, caso contrário, o indivíduo se sente excluído da sociedade. A autora destaca que levando em consideração todo o contexto de mudanças e abandono já enfrentados pelos adolescentes acolhidos, muitos destes não se encontram preparados para uma mudança, tão repentina e datada, para a vida adulta. É necessário que as políticas públicas sejam voltadas para desenvolver nos acolhidos as suas capacidades, especialmente aquelas que os habilitam ao efetivo exercício de autonomia e cidadania (OLIVEIRA, 2014).

Um dos entrevistados destaca: “Elas falam tanto em políticas públicas e chega na hora pra aplicar proposta cadê?! (Caetano).” Outra entrevistada diz: “Ah, elas conversam, só! Falam pra quando eu ganhar dinheiro, não gastar tudo, guardar um pouco e só (Maria)”.

O processo de acolhimento deve prestar aos acolhidos relações de dependência e autonomia, para que os mesmos se afastem aos poucos de uma relação de sujeição. Nesse caso, a dependência se refere à necessidade de cuidado, que se traduz tanto por meio de serviço especializado prestado pela instituição de acolhimento, como pelo apoio emocional e afetivo. O fortalecimento da autonomia também deve ser foco do processo em que o adolescente possa exercitar sua capacidade de tomar suas decisões próprias, que influenciarão na construção de sua história pessoal e na capacidade de gerir sua própria vida (SILVA, 2010).

4.6 COMO ENCARAR O DESLIGAMENTO?

Com a proximidade do processo de desligamento, é compreensível que os adolescentes e os jovens apresentem sentimentos de angústia, medo, abandono e revolta.

O período de transição pode gerar insegurança e despreparo para lidar com o novo: a passagem para a vida adulta. Sem o apoio do poder público e do suporte familiar, a falta de segurança para seguir adiante e a ausência de suporte, não só econômico, mas também afetivo e social, se apresenta com o sentimento de desamparo e angústia ao se aproximarem do momento de saída (GARCIA, 2019).

Os adolescentes foram questionados sobre como enfrentam o processo de desligamento e se estão preparados para a vida após o desligamento da Instituição de Acolhimento. Todos responderam que se sentiam preparados para o processo de desacolhimento, apesar das dificuldades.

Dois dos entrevistados disseram que, se pudessem escolher, não permaneceriam na instituição.

Me sinto um pouco nervosa né! Mas como estou recebendo sem trabalhar, eu to guardando pra antes de sair daqui, já quero estar com alguma coisa alugada. Já quero está com as coisas prontas. [...] Fiquei tempo demais aqui! Pra poder fazer minhas coisas, fazer tudo que quero, comprar roupas. Aqui não tem mais nada pra fazer. Já enjoiei!(Maria).

Um deles respondeu que se pudesse escolher, escolheria permanecer devido os laços afetivos que criou com a equipe.

Me sinto mais preparado. Na verdade já estava preparado quando saí de lá. Se fosse pra escolher permanecer lá ou vir pra cá (Pensão protetiva),

escolheria permanecer lá no lar, porque eu tinha amigos, gostava das educadoras. Mas escolheria ir morar com minha irmã do que ficar no Lar(Caetano).

As falas demonstram sentimentos contraditórios de incerteza, felicidade e angústia. Nota-se que os entrevistados compreendem que a saída da instituição implica em todas as responsabilidades que essa independência acarretará.

Eu achava que estava super preparada! No começo, uma nova rotina, pra começar a se virar, aprender as coisas lá fora, nossa, super difícil. Como eu sempre fui sozinha, praticamente, porque meu irmão foi adotado e eu não tinha muito contato com ele. Então eu sempre pensei em guardar meu dinheiro até os 18 anos, pra poder se virar. Mas assim que entramos (no abrigo), a gente já pensa em sair. Quando eu sai, peguei um UBER, mas assim, eu não sabia nem chamar um UBER e fui morar com meu namorado. Peguei algumas coisas minhas só, e outras até fiz uma doação pro abrigo e deixei lá mesmo.(Rita)

Ao completarem 18 anos, os jovens desacolhidos não são mais protegidos pelo ECA, e podem encontrar-se em uma situação de desamparo frente ao seu novo contexto de vida. O momento de transição pode apresentar-se como uma situação de conflito entre estar na instituição e estar na sociedade. Os jovens podem sentir-se perdidos, por fazer parte dos “dois mundos” e de nenhum deles, ao mesmo tempo. O período de transição é marcado pela insegurança e despreparo para lidar com o novo: a passagem para a vida adulta (SILVA, 2010).

O receio em sair da instituição e encarar as responsabilidades consequentes da independência é compreensível, uma vez que não há um preparo efetivo para a chegada deste momento. A ansiedade e os anseios também, afinal, após passar tanto tempo acolhidos esses adolescentes querem mais do que nunca trilhar o próprio caminho e serem protagonistas da sua própria história.

4.7 E DEPOIS?

A proteção integral à criança e ao adolescente pelo ECA, considera para efeitos legais a criança até doze anos de idade incompletos e o adolescente é aquele entre doze e dezoito anos de idade. Portanto, ao completar sua maioridade os jovens não são mais assegurados pelas políticas de proteção dispostas no ECA.

Ao completarem 18 anos e precisarem deixar o abrigo institucional, que por muito tempo foi o seu lar, os jovens passam viver na incerteza, muitas vezes sem o preparo necessário para encarar a vida fora da instituição e sem o apoio familiar, ficando expostos a uma situação de desamparo legal, emocional e econômico. Nesse sentido, Garcia (2019) questiona os critérios estabelecidos para determinar o fim da adolescência e início da vida adulta, seus determinantes sobre quem pode ser considerado adolescente ou maior de idade. Ainda segundo o autor, geralmente, um indivíduo é dito adulto quando alcançou o seu perfeito ajustamento à sociedade, o encontro de sua posição e seu papel. Mas, ora, a forma como esse ajustamento se dá é ditada pelo Sistema.

As expectativas de futuro após o desacolhimento para os adolescentes e jovens em situação de acolhimento são baixas quando comparadas aos adolescentes inseridos em outros contextos socioculturais, o que se caracteriza como fator de risco ao desenvolvimento, pois indivíduos que apresentam baixas expectativas para superar desafios e obstáculos podem ter a sua condição de vulnerabilidade agravada nessa fase da vida (FONSECA, 2017).

Os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre os planos, vontades, anseios, futuro e profissão. Suas falas demonstraram que os fatores como educação e trabalho aparecem como sendo os mais importantes para conquistar seus objetivos fora da instituição.

Esse fato encontra-se calcado provavelmente devido à estrutura socioeconômica atual, que considera a educação como base para a construção de um projeto de vida, exigindo do adolescente o ingresso no mercado de trabalho por meio do estudo e da profissionalização. (GARCIA, 2019).

Eu sai do Lar e conheci, o meu namorado e mesmo ele sendo um homem mais velho, mas eu via que ele não tinha intenções ruins comigo, a pessoa não leva qualquer um pra morar junto, sabe! Então ele me convidou pra morar com ele, e propôs se eu quisesse, apenas ajudar na comida, porque no resto ele pagaria tudo. E agora estamos juntos, muito felizes, e pensa no lugar super legal de morar e pagamos apenas R\$ 600,00 reais por mês de aluguel. Agora estou grávida, vou ter um menino. Não vou abandonar os estudos, quero ao menos terminar o ensino médio, porque eu sei que sem o ensino médio você não consegue trabalhar em nenhum lugar. E eu gostaria muito de fazer esses cursos de cabeleireiro, manicure, porque eu gosto bastante dessa área [...] Se aparecesse um curso de designe de interiores, eu gostaria de fazer, mas deve ser muito caro. Mas gosto mesmo de algo ligado ao salão de beleza (Rita).”

Os sentimentos de libertação e independência que vêm junto com a maioridade não ultrapassam as angústias de se imaginar saindo da instituição e encarando a vida. E são por esses motivos que os adolescentes desligados da instituição obrigatoriamente pela maioridade

não devem ficar desamparados. Esses “devem dispor de serviços garantidos pelo Estado que os ajude com o momento de transição e com o fortalecimento da autonomia na sua nova vida” (GARCIA, 2019, p.91 apud FIGUEIRÓ, 2012, p. 56).

Eu penso em comprar minha casa e não sei mais. Acho que continuar a estudar também, fazer um curso de desenho, porque gosto muito de desenhar e costurar. Tenho um pouco de medo de morar sozinha, mas, mesmo assim, iria! Uma profissão mesmo, ainda não sei, mas pretendo trabalhar de tudo, o que tiver pra mim tá bom, dando pra pagar minhas coisas. Pretendo também ir morar nos Ingleses, tenho um amigo que era do lar que mora lá. Aí quem sabe podemos morar juntos. Quero muito comprar uma moto também. Primeiro de tudo comprar a moto, depois penso na casa." (Maria)

O processo de desacolhimento não é somente uma ação do abrigo, é também um projeto social. A sociedade deve deixar de ver as crianças e adolescentes inseridos nas instituições de acolhimento com olhar assistencialista e de compaixão e, sim como um espaço de formação de indivíduos os quais crescem e se transformam através da interação com a sociedade e que esperam dela não sentimento de pena, mas de respeito e solidariedade no sentido de abrir-se para acolhê-los e propiciar oportunidades de aprendizado e inserção (PORTO, SZORTYKA, HEIDRICH, 2012).

O processo de desligamento institucional precisa ser pensado desde o acolhimento, acompanhado de instrumentos e estratégias que promovam um futuro autônomo, seguro e com condições dignas para que possam dar continuidade às suas trajetórias e projetos de vida.

5 CONCLUSÃO

As desigualdades sociais brasileiras, calcadas nas injustiças que se evidenciam na distribuição da renda, e nas escassas ou inexistentes oportunidades de inclusão econômica e social, tem sido a geradora de conflitos afetivos, levando a uma maior incidência de tensões importantes na vida das famílias pauperizadas, produzindo situações de violência, abandono e negligência, que exigem a interferência imediata do Estado na garantia de direitos fundamentais. Nesse sentido, os serviços de acolhimento às Crianças e Adolescentes, surgem como uma medida excepcional protetiva em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

Refletir criticamente sobre as políticas públicas de assistência social dirigida a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional é, sem dúvidas, traçar estratégias que visam ampliar o acesso aos bens e serviços socioassistenciais e comunitários, e

garantir a proteção social básica e especial de média e alta complexidade, tendo a centralidade na família e a base no território, ou seja, o espaço social onde seus usuários vivem.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi de fundamental importância para compreender melhor o funcionamento de um serviço de acolhimento, em especial o processo de desacolhimento, com ênfase no olhar dos sujeitos des(acolhidos), e assim, compreender como se deu a experiência entorno do papel do serviço social nesse contexto.

Com o presente trabalho pode-se concluir que no que se refere a estrutura física do ambiente de acolhimento, ela é satisfatória, atendendo as necessidades básicas dos acolhidos, como ambiente de estudo, área de lazer, refeitório, número adequado de cômodos e ocupação de quartos. A equipe de trabalho é em quantidade preconizada pela legislação, embora, em nossa análise, acredita-se ser um número insuficiente.

Pode-se perceber também que os adolescentes, em suas falas, apresentavam sentimentos de desamparados, evidenciando a falta de atenção, que em sua maioria, volta-se para as crianças menores. Por isso, torna-se importante as relações de afetividade e de estreitamento de laços com todos.

Quanto ao processo de acolhimento, com base nas entrevistas, pode-se concluir que há grande esforço por parte da equipe para atender as orientações da LOAS, baseada na efetividade do processo. Porém, no que tange o acesso as informações, nem sempre a prática adotada está de acordo com o que é recomendado.

Acerca do processo de desligamento institucional, as falas evidenciam que a maioria dos entrevistados não se sentia preparados para enfrentar tal processo. Com isso, fica evidente a necessidade de apostar em práticas formativas, com desenvolvimentos de projetos e práticas voltadas ao preparo para o momento de desligamento. Contudo, percebe-se que, uma vez que o abrigo atua com uma equipe muito reduzida, isso pode ser um dificultador para essa prática.

Destaca-se, também, a importância de estimular e garantir o acesso dos adolescentes aos cursos profissionalizantes e programas formativos como “jovem-aprendiz”. Para isso, é de extrema importância que ocorra uma articulação intersetorial, para que possam ter acesso a bens e serviços que possibilitem sua autonomia digna.

Por fim, espera-se que este trabalho, de alguma forma, possa contribuir com o Serviço Social e equipes interdisciplinares que atuam junto a este segmento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paula Petrelli de; Alvarenga, Lidia Levy de. **Adolescentes em acolhimento institucional: o processo de saída**. Rio de Janeiro, 2016. 85 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social**. 2013. 22 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

AGENCIA SENADO. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920** 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920#:~:text=O%20c%C3%B3digo%20de%201927%20foi,resistiu%20%C3%A0%20mudan%C3%A7a%20dos%20tempos>. Acesso em 12 nov de 2020.

ASSIS, Tatiany Cristina. **18 anos, e agora? Perspectivas pós acolhimento institucional**. Universidade Estadual de Santa Catarina. 2014. 66 f. Dissertação - Graduação Acadêmico, 2014.

BORTOLINI, Bianca Tresena; SANTOS, Gilsimara Gonçalves Pereira dos. **Desligamento institucional: o trabalho desenvolvido por uma casa de acolhida da região metropolitana da grande Vitória**. 2012. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.

_____. **Política de Assistência Social**. 2008. Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/politica-nacional>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

_____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens**. 2015.. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/idades-de-atendimento/idades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 11 nov de 2020.

CNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Especial. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, 2008. Disponível em:
<https://mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesTecnicasServicosdeAcolhimento0206.pdf>. Acesso em 17 de Nov de 2020.

FÁVERO, Eunice Teresinha. VITALE, Maria Amália Falle. BAPTISTA, Myrian Veras.(orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.**– São Paulo : Paulus, 2008. Disponível em:
https://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf . Acesso em 10 nov de 2019.

FONSECA, Patrícia Nunes da. **O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes.** Ver. Psicopedagogia 2017; 34(105): 285-96. Disponível em
<HTTP://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/06.pdf>. Acesso em 17 nov de 2019.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

FURTADO, Monalisa Pereira; SILVA, Agnes de Maria Júnior da; SANTOS, Juliana Oliveira dos; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. **Profissionais do acolhimento institucional: a atuação perante a chegada de uma criança.** Mudanças: Psicologia da Saúde, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 11-20, jun. 2019.

GARCIA, Nicole Lazzari. **Acolhimento institucional e o desligamento obrigatório: trajetórias, significados e perspectivas futuras para as adolescentes.** 2019. 134 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wernersbach. **Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais.** Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 39-48. 2015.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 1, p. 175 - 187, jan./jul. 2017. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/26444/15750>. Acesso em 06 nov de 2020.

LAR NOSSA SENHORA DO CARMO. **Projeto político pedagógico do Lar Nossa Senhora do Carmo.** Florianópolis, 2019. 29 p.

MAIA, Lorena. **Acolhimento institucional: Desafios enfrentados pelo Município de Belo Horizonte.** 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2011.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, n.3, p.621-26, 2008.

MORAES MARTINEZ, Ana Laura; SOARES-SILVA, Ana Paula. **O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 113-132, 2008.

MOREIRA, Idenilse Maria. **Acolhimento institucional e qualificação profissional: implicações da medida preventiva na vida do jovem egresso.** Universidade Estadual do Ceará. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

NECA. **Novos rumos do acolhimento institucional.** Organização de Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. **Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade.** *Psicologia e Ciência*. Brasília, v. 27, n. 4 p. 623-635, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a05.pdf> . Acesso em 10 nov de 2020.

OLIVEIRA, Flávia Letícia Alves de Oliveira. **Acolhimento Institucional e maioridade: uma análise da saída do jovem do abrigo à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth.** In: *sociologia, antropologia e cultura jurídicas i: congresso nacional do conpedi*, 23., 2014, João Pessoa. Anais... Florianópolis, CONPEDI, 2014.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas.** 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://acolhimentoemrede.org.br/site/wp-content/uploads/2016/08/Artigo-sobre-a-REDE.pdf> . Acesso em 10 nov de 2020.

RAMIRO, Beatriz Cianga; GITTI, Josiane Alegre. **Adolescente Institucionalizado: O Impacto Emocional Frente à Iminência do Des-Abrigamento.** 2009. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade São Marcos, São Paulo, 2009.

ROSA, Edinete Maria; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel; MATOS, Jallana Rios; SANTOS, Jamile Rajab dos. **O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional.** *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 3, n. 17, p.361-368, 2012.

RONZONI, Rúbia dos Santos. **Atuação interdisciplinar no suas: desafios e perspectivas.** III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis- novembro de 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202596/Ronzoni_Atua%C3%A7%C3%A3o%20interdisciplinar%20no%20SUAS.pdf?sequence=1 . Acesso em 06 nov de 2020.

SANTANA, Sandra Shirlei Valente. **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o Abrigo Ronaldo Araújo como espaço de contradições da execução da política de acolhimento.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8->

direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/acolhimentoinstitucionaldecriançaseadolescentes-oabrigroronaldoaraujo.pdf . Acesso em 27 nov de 2020.

SANTOS, Amanda de Carvalho Rêgo; BRITO, Francilene Magalhães de; SILVA, Gabriela de Sousa. **A política de assistência social e os serviços de acolhimento institucional e familiar: as possibilidades e limites do trabalho social com as famílias de origem.** In:

SILVA, Fernanda Lacerda. **Como ocorre a reintegração familiar?: investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas.**Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências, Área: Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências, e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento.** 135 f. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós graduação em Psicologia, Natal, 2010.

SOUZA, Larissa Barros de; PANUNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. **Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação.** Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional, São Carlos , v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019 . Disponível em : <https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v27n2/2526-8910-cadbto-2526-8910ctoAO1812.pdf> . Acesso em 10 nov de 2020.

SZORTYKA, Adriane Martins; PORTO, Ana Maria Pereira; HEIDRICH, Andrea Valente. **A saúde mental permeando o desacolhimento de adolescentes dos abrigos institucionais da cidade de Pelotas: um relato de experiência.** Journal Of Nursing And Health, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 276-283, 2012.

VIEIRA, Patricia Caroline Souza da Rocha. **Condições Sociais do adolescente em processo de desligamento em instituições de acolhimento.** 2011. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

APÊNDICE A- Roteiro para entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Data: ___/___/___

Observação sobre o contexto da entrevista (contexto da entrevista, forma de recepção ao pesquisador, características do ambiente do prédio, expressões (faciais e corporais) e emoções e outras informações relevantes que podem contribuir para a pesquisa):

Idade: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

Etnia

() Branco

() Mulato

() Negro

() Amarelo

() Indígena

() Outro

() Pardo

Religião: _____

Atualmente estuda:

() Sim Onde: _____

Qual série? _____ Horário: _____

() Não

Atualmente trabalha:

() sim Onde: _____

Em caso afirmativo:

() Adolescente aprendiz, com carteira assinada

() Com carteira de trabalho assinada

() Sem carteira de trabalho

() não

Atualmente faz curso profissionalizante:

() Sim Onde? _____

() Não

1. Poderia contar um pouco da sua história antes do processo de chegada no acolhimento?

2. Quais as suas lembranças de sentimentos na chegada no abrigo? Quem te recebeu? Como você foi recebido (a)?
3. Pra você, como foi o período de acolhimento? Quais os pontos positivos e negativos?
5. Qual era sua rotina no lar?
6. O que o Lar representou pra sua vida?
7. Em sua opinião, houve/há algum tipo de preparo por parte dos profissionais da casa para o processo de desligamento obrigatório?
 - Em caso afirmativo: Quando foi isso? (Explorar)
 - Em caso negativo da resposta anterior (questão 2), porque não o fizeram? Qual abordagem você acredita que deveria ter sido feita?
8. A instituição desenvolveu algum plano de desligamento? Se sim, qual?
9. Há algo que você acredita que a equipe do Abrigo poderia melhor lhe ajudar na preparação para o desligamento obrigatório?
10. Como você encara o processo de desligamento e a proximidade dele? Você se sente preparada para a vida após o desligamento do Abrigo? Justifique.
11. Se você pudesse escolher entre permanecer no Abrigo após os 18 anos e sair, o que você escolheria e por quê?
12. Você tem planos para o futuro? Quais são suas perspectivas, vontades, anseios, futuro, profissão etc. Pode socializar quais são?